

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

The actions of the Barnabites on Diocesan Seminary of Belem (1903-1908)

Daniel Longhini Viconsoni
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá-Brasil
Maria José Aviz do Rosário
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém-Brasil
César de Alencar Arnaut de Toledo
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá-Brasil

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a atuação educacional e religiosa dos Clérigos Regulares de São Paulo, conhecidos como Barnabitas, no Seminário Diocesano de Belém, entre os anos de 1903 a 1908, numa tentativa de registrar, divulgar e contribuir para a ampliação do debate sobre História da Educação Amazônica. Foram considerados, para esta investigação, documentos produzidos pela ordem dos Barnabitas, oito artigos publicados na Revista Voz de Nazaré, em 1985, e a bibliografia especializada nas áreas de História e de religião, por meio da qual analisamos a trajetória dos Barnabitas no período. A chegada da Ordem religiosa no Brasil se deu em um contexto de diversas transformações, sobretudo políticas e sociais, advindas da transição do Império para a República. Nesse ínterim, a Igreja Católica precisou reorganizar suas estratégias de missão, a fim de conseguir manter sua hegemonia em terras brasileiras e, para isso, a educação foi um dos campos de ação eleitos pelo clero. Ao assumirem o Seminário Diocesano de Belém, os Barnabitas, construíram uma história alinhada a uma formação que pudesse responder aos novos desafios enfrentados pelo catolicismo brasileiro e que servem como referência à história da educação da Amazônia.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Educação Católica. Barnabitas. Século XX.

Abstract

The aim of the article is to analyze the performance of the Regular Clerics of São Paulo, known as Barnabites, in the Diocesan Seminary of Belém, between the years 1903 and 1908. The arrival of this religious order in Brazil took place in a context of several transformations, mainly political and social, arising from the transition from the Empire to the Republic. In the meantime, the Catholic Church needed to reorganize its mission strategies to maintain its hegemony in Brazilian lands and, for that, education was one of the fields of action chosen by the clergy. Upon assuming the Diocesan Seminary of Belem, the Barnabites promoted a formation that could respond to the new challenges faced by Brazilian Catholicism.

Key Words: Education. History of Education. Catholic Education. Barnabites. Twentieth century.

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano Nossa Senhora da Conceição de Belém, entre os anos de 1903 a 1908. Isso porque, em alinhamento com a nova perspectiva da Igreja Católica no Brasil, a Ordem atuou incisivamente na formação de novos religiosos a partir dos preceitos tradicionais tridentinos.

Historicamente, a chegada dos Barnabitas no Brasil se deu em agosto de 1903. Naquela época, muitas outras ordens e congregações se estabeleceram no país, a fim de atuarem nos mais diversos âmbitos da sociedade, inclusive na educação. Nesse contexto, a reorganização da Igreja no Brasil tinha um claro objetivo: manter sua hegemonia perante as novas políticas instauradas.

Para discutir o tema proposto, primeiramente será analisado o contexto histórico da transição do Império para a República no Brasil, buscando ressaltar como se deram as novas relações entre Estado e Igreja no país. Em seguida, abordar-se-á a chegada dos Barnabitas no Brasil e sua trajetória nos seus primeiros dez anos, finalizando este texto com uma discussão sobre a atuação da Ordem no Seminário Diocesano de Belém.

Como no Brasil há poucas pesquisas que analisam a atuação educacional dos Barnabitas, este artigo pretende contribuir com o debate e indicar a necessidade de explorar esse tema tão rico e importante para a História da Educação brasileira e, principalmente, para a História da Educação de Belém.

1. Do Império para República: breves apontamentos sobre as novas relações entre Estado e Igreja

O fim do período imperial no Brasil foi marcado por diversas crises internas que, em grande parte, foram responsáveis por acentuar a fase decadente do regime estabelecido. A indisposição da população em lutar pelo reestabelecimento das políticas monárquicas colaborou para impossibilitar a reversão dessa situação. Desse modo, desde a não integração social dos negros libertos até a insistência em pautar a economia baseada em práticas latifundiárias foram fatores singulares que aguçaram as contradições do período (SPLENDOR, 2017).

É importante destacar, ainda, que a realidade social no Brasil estava se alterando, também, devido à chegada dos imigrantes. Então, com a lenta substituição da mão-de-obra

escrava pelo trabalho assalariado, vinda especialmente da Europa, iniciou-se um processo de urbanização e de industrialização no país. Além da força de trabalho, esses imigrantes traziam consigo novas ideias que foram responsáveis por sedimentar, na consciência dos indivíduos, a impossibilidade de reformar o regime monárquico, uma vez que grande parte dos países da América Latina já havia aderido ao sistema republicano (SPLENDOR, 2017).

Nesse contexto de transição de regimes políticos, surgiram diversos grupos que começaram a disputar o poder e que, ao mesmo tempo, demonstravam suas divergências em relação à concepção sobre como organizar a República. Os representantes de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul defendiam a ideia da República Federativa, acreditando que isso asseguraria certo grau de autonomia às unidades regionais (FAUSTO, 2014).

Os republicanos, em suas vertentes mais positivistas e liberais radicais, liderados, especialmente, pelo Exército Brasileiro, colocaram suas estratégias em ação, a fim de decretar, realmente, o fim do longo reinado da família imperial (SPLENDOR, 2017). Embora os militares não constituíssem um grupo homogêneo, algumas dezenas dos seus foram eleitos para o Congresso Constituinte e, assim, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu como chefe do Governo Provisório (FAUSTO, 2014).

O fim do regime monárquico, além de representar o fim de um sistema político que não atendia aos interesses dos grupos políticos dirigentes, significou, também, a negação de valores presentes historicamente na cultura brasileira. Nesse ínterim, com o advento da República, tornou-se necessário dar conta das questões políticas, econômicas e intelectuais, ou seja, configurou-se a formação de uma nova ordem social (SPLENDOR, 2017).

Para os militares, a República significava ordem e progresso e, por consequência, a modernização da sociedade por meio dos conhecimentos técnicos, do industrialismo e da expansão das comunicações (FAUSTO, 2014). Dessa forma, pode-se perceber que o positivismo foi a ideia mais influente na organização da República do Brasil. Não é à toa que no dia 19 de novembro de 1889, o estandarte desta corrente intelectual “Ordem e Progresso” foi oficializado na bandeira do país (SCHERER, 2014). Por meio desse discurso, defendido pelos representantes do Exército brasileiro, propagava-se a premissa de uma nova configuração social que, impreterivelmente, alavancaria os setores econômicos do país.

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

No olhar dos positivistas, conforme apontou o pesquisador João Carlos da Silva (2018), a pauta era substituir a antiga civilização teológico-militar, em sua última fase católico-feudal, pelo inovador e moderno regime pacífico-industrial-positivista, com o intento explícito de estimular e orientar a transição, o que era um objetivo natural da evolução humana (SILVA, 2018). Os ideais difundidos pelo Exército brasileiro representavam o discurso da nova elite, acabou predominando no Brasil. Entretanto, os pobres, os trabalhadores e os negros continuaram fora da construção dessa nova ordem social, ou seja, a população em geral somente assistiu, como espectadora, esse processo de transição (CARVALHO, 2012).

A primeira Constituição Republicana (1891) instituiu o sistema presidencialista, que foi inspirado no modelo dos Estados Unidos e consagrou como vitoriosa a República Federativa liberal. Assim, as antigas províncias tornaram-se estados e ficaram autorizadas a exercer atribuições diversas, desde adquirir empréstimos no exterior até organizar forças militares próprias; além disso, passaram a atribuir impostos em seus produtos exportados, garantindo uma boa fonte de renda e, conseqüentemente, sua autonomia (FAUSTO, 2014).

Diante disso, cabe destacar que o sistema presidencialista foi inaugurado pela Constituição. Por conseguinte, o Poder Executivo passou a ser exercido pelo presidente eleito por um período de quatro anos. O legislativo foi dividido em Câmara de Deputados e Senado, sendo que os deputados seriam, então, eleitos em cada estado, proporcionalmente ao número de habitantes da região, por três anos. Já os senadores passariam a ser escolhidos a cada nove anos (FAUSTO, 2014). Por meio do federalismo, conferiu-se aos estados uma enorme soma de poder, que deveria ser distribuído entre os municípios. A partir desses ideais, configurou-se a força política dos coronéis nas esferas municipal e das oligarquias nas esferas estadual e federal (RESENDE, 2003).

Foram considerados eleitores os cidadãos brasileiros que tivessem mais de 21 anos. Entretanto, os analfabetos, mendigos, os praças militares e os religiosos não podiam exercer a função do voto (FAUSTO, 2014). Além disso, vale ressaltar que as mulheres também não foram contempladas na Constituição, e foram consideradas como uma categoria também impedida de exercer o voto direto e “universal”.

Com o advento do modelo republicano, firmou-se a separação entre Estado e Igreja Católica; a aliança que foi perdurada por séculos, por meio do regime do Padroado, que se encerrou nessa nova conjuntura. Como aponta Dom Irineu Roque Scherer, a lei de 24 de

fevereiro de 1890, em seu artigo 72, § 5, trazia a secularização dos cemitérios; o § 6, instituía o ensino leigo; e, por meio do artigo 57, que nenhum culto teria subvenção do governo, nem relações de aliança com este (SCHERER, 2014).

Outras alterações nas dinâmicas entre Estado e Igreja, anteriores à promulgação da Constituição de 1891 podem ser observadas no Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, conforme demonstrou Eugênio Dirceu Keller. No artigo primeiro do referido documento, a autoridade federal foi proibida de expedir lei, regulamentar e estabelecer alguma religião; o artigo segundo: garantia a todas as religiões a faculdade de exercerem o seu culto; em seu artigo terceiro: garantia a liberdade aos indivíduos, institutos, associações e a Igreja, sem a intervenção do poder público; o artigo quarto extinguiu o padroado; o quinto artigo garantia a todas as confissões religiosas administrarem seus bens perante os ditames da lei e o sexto artigo, garantia que o Governo Federal continuaria pagando os serventuais do culto católico e por um ano as cadeiras dos seminários, deixando livre para cada Estado manter – ou não – os futuros ministros de qualquer culto (KELLER, 1988).

A República afirmava que a religiosidade não era fundamento para a cidadania. No entanto, não havia, nessa separação entre Estado e Igreja, qualquer tipo de ataque à religião da população em geral. Assim, os políticos, cientes dos prestígios que os bispos e padres tinham perante o povo, entendiam a importância da religiosidade popular (ARNAUT DE TOLEDO; FRISANCO, 2000).

Cabe, ainda, atentarmos para o fato de que o processo de transição da separação entre o Estado e a Igreja não foi simples, ao contrário, foi um período adaptações, ora por parte do clero, ora por parte dos fiéis, pois os próprios leigos, ligados à Igreja, tiveram dificuldades de aceitar o catolicismo apartado do Estado (ARNAUT DE TOLEDO; FRISANCO, 2000).

Preocupados com o fim do regime do Padroado, o episcopado brasileiro passou a se manifestar publicamente sobre a secularização da sociedade brasileira, temendo, sobretudo, a perda de sua hegemonia na sociedade. A primeira manifestação foi a publicação da Carta Pastoral Coletiva de 1890, que se deu logo após a divulgação do decreto 119-A.

A carta apresentava um tom crítico acerca da perda de privilégios que a Igreja teve com o fim do regime do Padroado, que havia perdurado por séculos. Entretanto, não se

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

tratou apenas de um documento de reclamações, pois o episcopado brasileiro, por meio do texto, fez um apelo para que os católicos se mantivessem firmes na fé e que lutassem pelo catolicismo (KELLER, 1988).

Dom Antônio Macedo Costa (arcebispo Primaz do Brasil, desde 1890), por meio de uma Reclamação, defendia a tese de que o Estado não poderia progredir sem o apoio e a proteção da religião, além de prometer lutar pelos interesses eclesiais. Em 06 de novembro de 1890, o episcopado publicou um novo protesto, caracterizado como um Memorial dirigido à Assembleia Constituinte e, em 12 de janeiro de 1891, D. Macedo voltou a pedir que os membros da Assembleia não votassem contra os interesses do catolicismo (HERMANN, 2003).

A Constituição da República foi declarada em nome de Deus e não da Igreja, o que fez com que destacasse o caráter de neutralidade religiosa do novo modelo político. Depois de séculos do regime do Padroado, o catolicismo se viu, de repente, excluído do domínio público e sem o apoio do Estado. Ambas as instituições deveriam ter pouco ou quase nada de contato e, entre elas, não deveria haver competição ou conflito; legalmente, tinham que se ignorar mutuamente (SCHERER, 2014).

Sem possuir uma confissão religiosa oficial, o Estado desvinculou as relações com o catolicismo e equiparou todos os cultos religiosos, pelo menos em teoria. Devido à separação entre o Estado e a Igreja, o clero brasileiro começou a repensar suas ações, já que a Constituição tornou o ensino leigo. “A Igreja [...], pensava ela, seria possível agir dentro do mundo burguês e recristianizá-lo” (MANOEL, 2004, p. 138).

O esforço de manutenção do poder, adotado por Dom Macedo da Costa, expressava, na verdade, um processo internacional de reação da Santa Sé contra o avanço das filosofias avessas à Igreja que estava efervescendo no período; consideradas como “erros modernos”, o liberalismo, socialismo, comunismo, cientificismo, positivismo e protestantismo foram criticadas duramente pela Igreja Romana (HERMANN, 2003).

Era momento de restauração das bases do catolicismo no Brasil e “para ser respeitada, a Igreja tinha consciência, enquanto instituição, de que deveria ser necessária à sociedade” (PRATTA, 2002, p. 97). Nesse sentido, o clero brasileiro passou a se reestruturar com base no ultramontanismo, ou seja, com ideias que questionavam parte dos postulados da modernidade e a própria secularização social (MANOEL, 2004).

Acerca do Ultramontanismo, pode-se dizer que foi um movimento conservador católico que defendia um retorno às origens organizacionais do Concílio de Trento (1545-1563). O historiador Ivan Aparecido Manoel propôs uma reflexão sobre o tema, destacando que suas características eram:

Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; na política externa, a condenação à liberal democracia burguesa e o concomitante reforço da ideia monárquica; na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado; na esfera socioeconômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média, que se manifestará fortemente no Brasil, na década de 1930; na esfera doutrinária, a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento (1545-1563), em especial aquelas estabelecidas para o combate ao protestantismo, que, no século XIX, englobou também o combate ao espiritismo e concretizou-se, no Brasil, na criação de seminários fechados para a formação do clero e na criação de colégios católicos, masculinos e femininos, para a educação da juventude (MANOEL, 2004, p. 11).

A separação entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil não foi um processo de todo ruim para a Igreja Católica e o clero em geral. Por muito tempo, a historiografia de caráter mais conservador considerava esse episódio como um momento de crise ao catolicismo, mas, a partir desse afastamento das duas instituições, a Igreja passou a ter mais liberdade para suas ações evangelizadoras e missionárias (HERMANN, 2003). Um fato que corrobora com essa tese de que a separação foi interessante para o catolicismo foi o grande aumento de dioceses e igrejas em todo o território nacional: “no ano da instauração do novo regime o Brasil constituía apenas uma província eclesiástica, com uma arquidiocese e 11 dioceses; em 1930 eram 16 arquidioceses, 50 dioceses e 20 prelazias” (HERMANN, 2003, p. 125). Assim, o clero se reestruturou no Brasil, a fim de manter sua hegemonia. O que se pode verificar é uma nova configuração da Igreja frente aos desafios dos ideários modernizadores presentes no país.

De fato, os fiéis que professavam a fé católica não deixaram a Igreja. No entanto, o perigo se encontrava na onda de imigração de populações de outras nações que se estabeleciam no país, especialmente porque essas pessoas possuíam outros credos. Além disso, o protestantismo começou a ganhar espaços no Brasil: “Em meio a essas discussões, o conflito entre movimento ultramontano e Estado brasileiro regalista, de certo modo, impulsionou a difusão do protestantismo” (OLIVEIRA, 2010, p. 143).

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

Devido a imigração dos povos europeus para o Brasil e, conseqüentemente, ao aumento populacional, o clero não conseguia atender a todos, sobretudo pela notada escassez de sacerdotes. Eugênio Keller chegou a mencionar, nesse sentido, que houve um apelo por parte dos bispos para que novas congregações se instalassem no Brasil (KELLER, 1988). As novas congregações vindas da Europa estavam formadas conforme os ideários ultramontanos; elas respondiam diretamente aos superiores estrangeiros, e não possuíam vínculo com o antigo regime do Padroado. Além disso, a formação de tais ordens eram consideradas ideais para o novo projeto de evangelização da sociedade brasileira (PRATTA, 2002). Com a chegada desses novos religiosos, a Igreja atualizou suas estratégias de evangelização, o que fez com que tais sujeitos se espalhassem por todo o território brasileiro.

O estabelecimento desses novos religiosos no Brasil foi assertivo, conforme situa Marco Antônio Pratta: “Neste período entre o final do Império e a Primeira República, entraram e se estabeleceram no Brasil 37 ordens e congregações religiosas masculinas europeias” (PRATTA, 2002, p. 116). É importante lembrar que, nesse contexto, de acordo com Laércio Dias de Moura, congregações e ordens femininas também se estabeleceram no país nesse período (MOURA, 2000).

Foi durante essa adaptação da Igreja Católica frente a uma nova realidade que os Barnabitas se estabeleceram no Brasil. A chegada da Ordem no Brasil se explica, especialmente, pela conjuntura política e religiosa, pois, como informou o padre Barnabita José Maria Ramos das Mercês: “Foi acolhida nesse contexto mais amplo de renovação pastoral promovida pelo Episcopado brasileiro, que tanto incentivou a vinda dessas Congregações religiosas” (MERCÊS, 2003, p. 30).

2. Os primeiros anos dos Barnabitas no Brasil

No dia 21 de agosto de 1903, os Clérigos Regulares de São Paulo, mais conhecidos como Barnabitas, chegaram no Brasil, após serem expulsos da França, devido às medidas tomadas pelo Primeiro-Ministro Francês Émile Combes. Contando com um contingente de dez padres franceses, belgas e italianos, eles se dividiram em dois grupos: os padres Paulo Lecourieux, Pedro Charvy, Júlio Vanbecelaere e o Irmão Vito Di Cecca se estabeleceram no Pará; os padres Afonso Di Giorgio, Noberto Phalempin, Florêncio Dubois, Irmão Fernando Warner e o superior Pe. Francisco Richard foram para Pernambuco (MERCÊS, 2003).

Os padres Barnabitas que aportaram em Pernambuco foram bem recebidos pela população em geral. Esses religiosos eram conhecidos por possuírem uma boa formação e pelo trabalho que exerciam no campo educacional, o que foi um fator que colaborou para a recepção deles no Brasil: “[...] publicaram em toda parte os maiores elogios aos Barnabitas, proclamando-os ‘ilustres sábios em Teologia, Filosofia, Física e Química’ – aludindo ao magistério que vários deles exerciam” (MERCÊS, 2003, p. 31).

O Superior Geral dos Barnabitas – padre Guerino Bento Fraccalvieri – publicou um livro em 1928, intitulado *OS XXV primeiros anos dos Barnabitas no Brasil: 21 de agosto 1903-21 de agosto de 1928*. Trata-se de uma fonte primária essencial para compreensão das atividades barnabíticas no Brasil. Em Pernambuco, por exemplo, os padres se alocaram no colégio de Olinda, comandada pelo Monsenhor Fabrício Pereira de Araujo (FRACCALVIERI, 1928).

Depois de três meses estudando a língua portuguesa e auxiliando o clero local, os padres que estavam em Olinda foram, no dia 30 de novembro de 1903, para outras cidades, a fim de exercer suas missões e trabalhos pastorais (FRACCALVIERI, 1928). O itinerário foi extenso; passaram por Recife, Maceió, Penedo, Gararu, Piranhas, Jatobá, Várzea Redonda, Caldeirão, Floresta, Fazenda Pedras, Flores, Cabrobó (MERCÊS, 2003).

Entre as atividades exercidas nessas cidades, o Superior Guerino relata, em sua obra, que, em 1904, “o padre Affonso di Giorgio, pior [sic] aquinhoado pela distancias, percorreu Boa-Vista, Petrolina e Cachoeira do Noberto. Nas matrizes reanimou o Apostolado da Oração” (FRACCALVIERI, 1928, p. 2). Cabe, ainda, mencionar que as atividades dos Barnabitas nessa região se pautaram no âmbito da evangelização. De acordo com José Ramos das Mercês, o povo possuía forte religiosidade, mas, muitas vezes, era exercida com certas crenças contrárias à fé católica (MERCÊS, 2003). A Ordem vinha para cumprir a função de ensinar a doutrina da Igreja, afastando os preceitos não alinhados a essa orientação.

Na cidade de Salgueiro, o padre superior angariou fundos para a construção de uma Igreja, mas a obra não foi concluída. Além disso, concluiu a construção de um vasto cemitério. Entretanto, o que mais chama atenção foi o aspecto educacional que estava inserido no agir missionário dos Barnabitas que, na mesma cidade, trataram de instaurar a obra do Catecismo para a população (FRACCALVIERI, 1928).

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

Não se pode afirmar que tenha havido fundação barnabítica no sertão pernambucano, mas pode ser afirmado que essas experiências missionárias foram significativas para a consolidação da Ordem no território brasileiro. Por não conhecerem a cultura da população, esse primeiro contato no interior de Pernambuco foi o necessário para que os padres pudessem perceber as diferenças discrepantes, ao comparar com os países dos quais eles eram nativos. Em 1905, esse grupo, que havia partido para missão em Recife, foi para Belém do Pará, a fim de se juntar com o outro grupo que ali estava desde 1903 (COLOMBO, 1956).

Em 1903 – como afirmou Dom Alberto Gaudêncio Ramos, em seu livro *Cronologia Eclesiástica do Pará* –, os Barnabitas que chegaram a Belém foram recebidos pelos Irmãos Maristas, no Colégio do Carmo (RAMOS, 1985). O grupo completo dos Barnabitas contava com sacerdotes formados na Sorbonne para colaborarem com a formação do clero local (COLOMBO, 1956).

No ano de 1905, o padre Barnabita Francisco Richard, em acordo com o alto clero local, tomou posse como vigário paroquial da Paróquia Nossa Senhora de Nazaré. “Seria essa, a bem dizer, a primeira fundação estável dos padres Barnabitas no Brasil” (COLOMBO, 1956, p. 21). Entretanto, é importante ressaltar que esse contato dos padres estrangeiros não se deu sem conflitos. Segundo Liliane do Socorro Cavaltante Goudinho, a chegada desses padres de fora significava, para o clero secular, uma perda de espaço e inclusive, de autonomia. Não podendo entregar de imediato a paróquia de Nazaré para os Barnabitas, o bispo ofereceu a paróquia de Bragança, a de Viseu e a de Ourém, no interior do estado e o Seminário Diocesano de Belém (GOUDINHO, 2014).

De 1904 a 1906, os padres administraram a igreja de Bragança. Nos relatos do Superior Geral Guerino Bento Fraccalvieri: “o teor da vida não era complicado: enquanto um religioso ficava em Bragança a fim de manter os catecismos, o outro perlustrava Ourém ou Vizeu” (FRACCALVIERI, 1928, p. 7). Nesse contexto, a educação foi um dos meios de evangelização utilizados pelos Barnabitas que, de acordo com José Meireles Sisnando, na região, fundaram sedes catequéticas, incentivaram peregrinações e associações pias (SISNANDO, 1976).

As atividades dos padres na Paróquia de Nazaré estavam ligadas ao apostolado exercido nos colégios e nas comunidades religiosas da região (SISNANDO, 1976). Foi naquele período que houve a construção da Basílica de Nazaré, que ainda hoje atrai

multidões todos os anos devido ao Círio de Nazaré, agora, também organizado pelos Barnabitas.

Outras atividades missionárias foram exercidas pelos padres Barnabitas em sua primeira década de estabelecimento no Brasil. Eles foram para Curato de S. Cruz e Guaratiba, no Rio de Janeiro (1906-1910), Valença, também no Rio de Janeiro (1908), Caxias, no Maranhão (1908 a 1927) (SISNANDO, 1976; FRACCALVIERI, 1928). Além disso, a Ordem esteve presente no sul do país, chegando ao Rio Grande do Sul em 1920.

Percebe-se como, em poucos anos, os Barnabitas se estabilizaram em solo brasileiro a fim de levarem adiante a doutrina da Igreja Católica para diversas regiões, sobretudo ao norte do país. A atuação da Ordem no âmbito educacional se deu por meio do catecismo ou pela administração de colégios.

3. A atuação pedagógica dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém

A bibliografia sobre a atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908) são escassas. Os documentos encontrados e levantados para análise são fruto de pesquisas na Biblioteca do Seminário Mãe da Divina Providência, dos Barnabitas, localizado na cidade de Benevides, limítrofe de Belém, no arquivo do jornal *Voz de Nazaré*, de Belém, fundado pelos padres da Ordem, pelo acervo pessoal do então Pároco da Basílica da Nazaré, Pe. Francisco Maria Cavalcante Júnior (CRSP). No momento da pesquisa, o arquivo da Basílica Nossa Senhora de Nazaré estava em reforma, impossibilitando o acesso. Assim, o livro *Os XXV primeiros anos dos Barnabitas no Brasil* (1928), escrito pelo Superior Guerino Fraccalvieri e os oito artigos publicados na Revista *Voz de Nazaré*, no ano de 1985, pelo padre Barnabita Vicente Schiena, são as fontes analisadas neste artigo.

A educação empreendida pelos Barnabitas não está ligada somente às suas práticas pedagógicas no Seminário Diocesano de Belém, mas, também, às relações do cotidiano, das concordatas com o bispo, dos problemas de saúde etc. A atuação educativa da Ordem, no estabelecimento escolar, está intimamente associada aos problemas externos e internos que os padres encontraram em sua administração e tiveram que lidar para a “sobrevivência” da própria ordem, no Estado do Pará, particularmente em Belém.

O primeiro trabalho no campo da educação dos Barnabitas no Brasil foi no Seminário de Belém. A recém chegada no país e a rápida indicação para o cargo de administração do seminário, demonstra que ali, na capital paraense, deveria ter sido o berço fundador da

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

Ordem no Brasil. De lá, os padres tinham que mostrar sua presença na cidade e depois partirem para missões no interior (MERCÊ, 2003).

Antes do espaço se tornar o Seminário Diocesano de Belém, sob o comando dos Barnabitas, lá havia sido o local onde funcionou o colégio dos Jesuítas, dedicado ao santo Alexandre Mártir (construído entre os anos de 1653-54 e abandonado em 1760). Somente por volta do ano de 1795 que, sob as estruturas do antigo educandário, tornou-se o seminário (MERCÊ, 2003).

Depois de alguns meses de estudo da língua portuguesa, os padres Barnabitas assumiram o seminário. O responsável pela direção na época foi o Barnabita padre Emílio Richert (1886-1927). De acordo com o Pe. Vicente¹, a princípio, o pedido de Emílio Richert era o de administrar a Paróquia de Nazaré e o Seminário, tanto é que, a conselho do bispo diocesano de Belém, Dom Francisco do Rego Maia (bispo de 1901 a 1906), solicitaram que viessem mais três religiosos para o Brasil. No entanto, os planos, naquele momento, deram errado, e só puderam trabalhar na formação do clero local (VICENTE, 1985a).

Uma questão apresentada pelo Pe. Vicente é que, com a chegada de mais três religiosos, os Barnabitas poderiam administrar a Paróquia e o Seminário, sobretudo devido ao fato de que esse último local não possuía muitos alunos, pois, em 1903, havia somente seis estudantes na instituição (VICENTE, 1985a; VICENTE, 1985b). De toda forma, tiveram que acatar a decisão do bispo e trabalhar na formação dos seminaristas da Diocese de Belém. A formação deveria manter uma educação de caráter religioso associados a outras facetas de formação social, de acordo com os interesses daqueles que estavam à frente do processo formativo local.

Nesse sentido, assumir o Seminário Diocesano parece ter sido muito mais uma atitude tomada pelos padres Barnabitas do que pelo próprio bispo. Conforme pode ser verificado nos escritos do Pe. Vicente: “A um certo momento o pe. Richert se sentiu moralmente empenhado a dar ajuda ao Bispo, tomando conta quer do seminário, quer – se as coisas mudassem de rumo – da Paróquia de Nazaré” (VICENTE, 1985a, s. p.).

O acordo inicial com a diocese indicava aos Barnabitas a administração do Seminário por 25 anos, como aponta o padre Guerino Fraccalvieri, superior geral da Ordem: “A Congregação assignara, com o beneplácito da Santa Sé, um contracto de 25 annos [sic], que lhe entregava a direção do Seminário” (FRACCALVIERI, 1928, p. 3).

Nesse contexto, à dianteira do processo formativo foi posto um religioso – o padre Emílio Richer –, com experiência no campo educacional, escolhido para assumir a função. O religioso já havia trabalhado no colégio de Bourges, na França, e lecionado inglês e alemão no Colégio de Gien no mesmo país (COLOMBO, 1978). Nesse âmbito, a experiência no campo educacional ampliava as possibilidades de formação, no seminário, para além da religiosa.

Fato é que a direção do seminário foi entregue aos Barnabitas devido aos problemas da educação do clero local. Muitas vezes, o bispo Dom Francisco do Rego Maia manifestava o desejo de que o processo formativo dos alunos fosse além da doutrina católica, mas que deveria, também, apresentar-lhes os bons modos (MERCÊS, 2003).

Para além da questão formativa, os Barnabitas, gozavam da admiração e tinham notoriedade do bispo, uma vez que D. Francisco do Rego Maia era um grande admirador dos padres (COLOMBO, 1978). Esse aspecto do trabalho educativo da Ordem em Belém, em sintonia com os alinhamentos da Igreja Romana, facilitava os anseios da própria Igreja, que buscava combater os postulados da modernidade, apostando na educação tradicional como instrumento de evangelização.

As publicações do Pe. Vicente no Jornal Voz de Nazaré são interessantes para pesquisa, pois apresentam aspectos valiosos do cotidiano do seminário. O primeiro artigo publicado sobre o Seminário de Belém contém trechos de cartas do padre Emílio Richert e, também, há comentários sobre alguns números do contrato assinado entre a Ordem religiosa e a diocese.

O primeiro número de contrato comentado é o número que delimitava o que os padres Barnabitas, naquele ano, deveriam ministrar, em suas aulas, somente algumas horas de latim, grego e francês; o intento era não deixar a formação do clero escapar de suas responsabilidades. O artigo 5 afirmava que a Ordem não poderia nomear ou substituir o reitor, mas no 6º, conferia-se, ao padre Emílio, o poder de escolher o Confessor e o Vice-Reitor (VICENTE, 1985a).

Além do Pe. Emílio Richert, trabalhavam, no seminário, o Irmão Vito di Cacca que, durante toda sua vida, exerceu atividades ligadas à cozinha, o padre Paulo Lecourieux que já havia sido professor de filosofia, Sagradas Escrituras e teologia dos religiosos na França,

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

antes de serem expulsos daquele país e o e o padre Charvy, também importante para consolidação do estabelecimento (COLOMBO, 1978).

O caso do pe. Paulo Lecourieux é peculiar. Embora ele tenha sido responsável por ministrar as formações filosóficas e teológicas na França, no Brasil, sua atuação no Seminário Diocesano não foi como professor, devido a um desentendimento com o então bispo da Diocese de Belém. O pe. Vicente nos informa os motivos:

Aconteceu que o pe. Lecourieux escreveu uma carta à mãe dele falando das dificuldades dos primeiros tempos de sua chegada em Belém. Esta carta caiu nas mãos de um sacerdote brasileiro em Paris; o conteúdo foi relatado ao vigário geral de Belém, que, por sua vez, comunicou ao Bispo. Foi o fim do pe. Lecourieux. Permaneceu no Pará só porque foi em Bragança, diversamente porque tinha mesmo era de sair da diocese. E sobre este ponto o Bispo foi intransigente até os últimos dias de seu bispado (VICENTE, 1985e, s. p.).

O desentendimento tornou-se uma questão de honra para Francisco do Rego Maia. O bispo chegou a insinuar recorrer à Roma para que houvesse a rescisão do contrato. Por fim, ele somente exigiu que o pe. Lecourieux deixasse a diocese e isso só não aconteceu porque o bispo Dom Francisco se ausentou de Belém (MERCÊS, 2003).

Mesmo com algumas desavenças, o relacionamento entre os Barnabitas e o bispo diocesano era bom. De maneira geral, a Ordem tinha muita estima por Francisco do Rego Maia. Conforme Guerino Fraccalvieri, “[g]raças à generosidade de Dom Francisco do Rego Maia edificou, na praia de Mata-Fome, em Soure, uma casa de férias, em substituição às ruínas da Providencia” [sic] (FRACCALVIERI, 1928, p. 4).

No que diz respeito à linha pedagógica adotada pelos padres no Seminário, pautava-se no modelo clássico de ensino, com referências às práticas de ensino que eram partilhadas entre os religiosos na Europa (MERCÊS, 2003). Trata-se do ensino tradicional, onde o professor é o agente centralizador da formação. De fato, essa dinâmica de sala de aula não era novidade no país, pois foi implementada já no período colonial, por meio do trabalho educacional dos Jesuítas, ou seja, tratava-se de um método comum nos ensinos confessionais católicos.

Acerca do cotidiano das obrigações, os seminaristas e os padres possuíam os mesmos compromissos durante o dia. Era um cronograma que abarcava desde o ensino até as orações. O pe. Vicente, ao recortar algumas cartas de época, informa o roteiro de atividades exercidas pelos alunos e padres: acordar às 05:00; almoçar às 12:00; meditação da

noite às 19:00; a janta às 19:30h, exame de consciência e orações noturnas às 20:45 (VICENTE, 1985b).

As aulas estavam inseridas dentro desse roteiro formativo e espiritual. A partir das 05:20 iniciavam as meditações entre os padres e seminaristas; em seguida, a missa e as aulas. O ano letivo ia de novembro até julho, sempre com provas finais em agosto e férias em setembro e outubro (MERCÊS, 2003).

Para além de manter uma rotina diária de compromissos espirituais e educacionais, os Barnabitas também procuraram atribuir impor rigor aos seminaristas, conforme descreve Guerino Fraccalvieri: “[...] o reitor Emilio Richert implantou um regime de disciplina entre os alunos, e de pontualidade entre os devedores da Casa” (FRACCALVIERI, 1928, p. 4).

No ano de 1904, o representante do Núncio Apostólico, Monsenhor Giulio Tonti (1844-1918) esteve em Belém e visitou o Seminário Diocesano (VICENTE, 1985c). Nesse mesmo ano, em novembro de 1904, foi realizado um retiro espiritual para os alunos, que consistiu em exercícios espirituais, pregações e meditações (VIEIRA, 1985d).

Em tal ocasião, foi organizada uma pequena sessão acadêmica, em que os seminaristas, grandes e pequenos, homenagearam Sua Excelência com discursos e poesias em latim, francês, italiano e português. Como reitor, o Pe. Richert participou das recepções oficiais do Núncio, durante as quais este recebeu as honras de representante de Estado (MERCÊS, 2003, p. 42).

No aspecto da educação, houve uma movimentação importante, pois as disciplinas ministradas para os seminaristas nesse mesmo ano letivo foram bem variadas, sendo elas: letras clássicas e modernas, gramática, filosofia, canto gregoriano, matemática, física, história natural e música. Além disso, três de 14 estudantes estavam terminando o curso de filosofia e ingressariam nos estudos de teologia. Os padres olhavam com certo otimismo os rumos que o Seminário Diocesano estava tomando e, aos poucos, a instituição de ensino confessional começou a ganhar mais destaque, sobretudo porque, em 1906, a Diocese viria a se tornar Arquidiocese (MERCÊS, 2003).

O grande desafio dessa empreitada iniciou no ano de 1905, quando começaram a ocorrer problemas de saúde entre os padres e seminaristas: “Infelizmente, a doença e a morte sombrearam o painel” (FRACCALVIERI, 1928, p. 4). A primeira perda entre os Barnabitas que estavam trabalhando foi a do pe. Maurice Charles Lodewyck, que era

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

formado em filosofia e teologia em Roma e que, com apenas 24 anos, faleceu de febre amarela, no dia 24 de agosto de 1905 (COLOMBO, 1978; MERCÊS, 2003; VICENTE, 1985f).

Além do padre que veio a falecer, outros religiosos foram acometidos pela doença: “Prostados pela febre amarela, hoje extinta na Amazonia, baixaram sucessivamente ao hospital os padres Lecourieux, Vanbecelaere, Charvy, Lanzi e o irmão Vito, que estiveram a dois passos da cova” (FRACCALVIERI, 1928, p. 4). No ano seguinte, no dia 23 de maio de 1906, houve outra morte por febre amarela entre os Barnabitas. Dessa vez, foi o pe. Eduardo Meda, que tinha chegado em dezembro de 1903 em Belém, a fim de reforçar a comitiva barnabítica (SISNANDO, 1976; COLOMBO, 1978).

Possivelmente, os problemas de saúde enfrentados pelos padres Barnabitas colaboraram para diminuir o ritmo das ações dentro do seminário. Duas mortes e várias pessoas enfermas em uma equipe limitada eram fatores que não podiam ser ignorados. O que pode ser notado é que, depois de 1905, houve um enfraquecimento na administração do seminário. Isso porque, além da instituição escolar, os padres haviam assumido a Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré.

As dificuldades encontradas pelos padres e pelos seminaristas foram além das doenças. O pe. Vicente, comentando sobre a *Acta insigniora* em um de seus artigos, aponta: “[...] como razões do escasso êxito dos esforços na formação do clero a falta de emulação dos alunos no estudo, a influência do clima e a sucessão de doenças” (VICENTE, 1985g).

Outros desafios foram apresentados aos Barnabitas nesse curto tempo, entre eles a ausência de bispo, pois, em 1906, dom Francisco do Rego Maia renunciou à arquidiocese de Belém. Vale notar que, desde 1904, ele já estava afastado, mas, na ocasião, decidiu deixá-la vacante (RAMOS, 1985; MERCÊS, 2003).

No seminário, os Barnabitas enfrentaram as adversidades, a fim de não prejudicar os compromissos que já haviam assumido. Entretanto, em abril de 1907, houve certo atrito entre o padre Charvy e um aluno, como escreve José Ramos: “Ocorreu que, levado por impulsividade repentina, em abril de 1907 o Pe. Charvy esbofeteou um seminarista, o qual, acompanhado por dois colegas, dentre os mais adiantados nos estudos, abandonou a casa” (MERCÊS, 2003, p. 44).

No dia 20 de maio de 1907, Dom Santino Maria da Silva Coutinho tomou posse da Arquidiocese de Belém (RAMOS, 1985). Na ocasião, o arcebispo, embora tivesse um bom relacionamento com os Barnabitas, teve ciência do fato ocorrido com o pe. Charvy e

trabalhou para a dissolução do contrato (MERCÊS, 2003). É importante mencionar, que a situação no seminário na época estava muito delicada. Assim, fatores como doenças, falta de ânimo nos alunos e tensão entre os padres, por exemplo, foram catalizadores do fim antecipado do contrato que estava estipulado para 25 anos.

Por cerca de um ano, o pe. Richert e dom Santino entraram em negociações para decidir o futuro do seminário. O superior geral da Ordem Guerino Fraccalvieri descreve como foi o desenrolar das conversas e o motivo do acordo: “Com a vinda de Dom Santino Maria da Silva Coutinho, entregamos o Seminário ao clero secular. O novo arcebispo, embora amigo da nossa Ordem, não concordou com certos pontos do contracto, aceitos pelo antecessor” (FRACCALVIERI, 1928, p. 4).

Em 1908, com o fim do contrato, os Barnabitas deixaram de administrar o Seminário Diocesano Nossa Senhora da Conceição. Embora tenham encontrado diversas dificuldades em seus trabalhos, pode-se perceber que eles tiveram alguns êxitos, sobretudo em relação ao número de matrículas, pois, em 1903, havia somente 6 alunos e no último contava-se trinta e oito seminaristas, embora alguns deles fossem da prelazia de Santarém e da Diocese de Manaus (MERCÊS, 2003; VICENTE, 1985h).

Os Barnabitas, sem ligação com o seminário, passaram a administrar com maior afinco à Paróquia Nossa Senhora de Nazaré. Nesse trabalho, continuaram a alavancar as obras educativas, conforme apontou Florencio Dubois em sua obra *Les Barnabites: clercs Réguliers de Saint-Paul*, o que fez com que, aos poucos, os religiosos criassem escolas paroquiais, catecismos e conferências de São Vicente de Paulo (DUBOIS, 1924).

4. Conclusão

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém deve ser analisada a partir do seu contexto histórico. Embora tenha sido uma administração curta – de somente cinco anos –, ela foi significativa, por representar um novo posicionamento da Igreja Católica no Brasil.

Desse modo, no intento de manter sua hegemonia no país, a Igreja Católica utilizou a educação como instrumento de missão. Diante disso, formar religiosos sob os preceitos ultramontanos tornou-se, naquele período, uma necessidade. Para cumprir tal objetivo, os Barnabitas utilizaram os métodos de ensino tradicionais para disseminar os valores de sua fé na região de Belém.

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém não foi isolada. Pelo contrário, estava alinhada com as novas normativas propostas pela Igreja romana, que tiveram aparição em um contexto específico, que a historiografia conceituou de ultramontanismo. O retorno às origens tridentinas e a formação contrária aos avanços de determinados pensamentos da modernidade – aqueles que criticavam a autoridade eclesiástica – são elementos típicos do catolicismo brasileiro no período em questão.

Nosso texto destaca a atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano Nossa Senhora da Conceição com o intuito de trazer uma contribuição à História da Educação, especialmente a paraense, e indica a necessidade de haver novas pesquisas sobre as atividades educacionais da Ordem no estado do Pará. É possível perceber que os padres tiveram êxito na administração do seminário, especialmente pelas adversidades que enfrentaram. Tais sujeitos iniciaram seus trabalhos em 1903 com apenas seis alunos e encerraram suas atividades com 38 alunos em 1908. Além disso a direção da instituição foi a base para suas futuras atividades educativas, agora ligadas à Paróquia Nossa Senhora de Nazaré.

Referências

- ARNAUT DE TOLEDO, C. DE A.; FRISANCO, F. A. O ensino religioso na escola pública brasileira. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 22, p. 113-118, 2 jul. 2000.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das letras, 2012.
- COLOMBO, G. **Ao encontro do senhor**. Rio de Janeiro: Fon-fon, 1978.
- COLOMBO, G. **Sob o signo do cruzeiro**: os primeiros 50 anos dos padres barnabitas. Rio de Janeiro: S.ed., 1956.
- DUBOIS, A. **Les Barnabites**: Clercs Réguliers de Saint-Paul. 3. ed. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1924.
- FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- FRACCALVIERI, Guerino Bento. **Os XXV primeiros anos dos barnabitas no Brasil**. Belém: Livraria Carioca, 1928.
- GOUDINHO, L. do S. C. Os Barnabitas no Pará nas primeiras décadas do século XX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 22, 2014, Santos. **Anais...** Santos: ANPUH-SP, 2014. p. 1-13.
- HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIR, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 121-160.

KELLER, Pe. E. D. **A Igreja no Brasil: das tribos indígenas às comunidades de base**. São Paulo: FTD, 1988.

MANOEL, I. A. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: EDUEM, 2004.

MERCÊS, J. M. R. **Barnabitas no Brasil 100 anos**. Belém: Sociedade Brasileira de Ação e Cultura (Província do Norte), 2003.

MOURA, L. D. de. **A educação católica no Brasil: passado, presente e futuro**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

PRATTA, M. A. **Mestres, Santos e Pecadores: educação, religião e ideologia na primeira república brasileira**. São Carlos: RIMA, 2002.

RAMOS, D. A. G. **Cronologia Eclesiástica do Pará**. Belém: Gráfica Falangola, 1985.

RESENDE, M. E. L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIR, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 91-120.

SCHERER, I. R. **Concílio Plenário na Igreja do Brasil: história da Igreja no Brasil de 1900 a 1945**. São Paulo: Paulus, 2014.

SILVA, J. C. da. Laicismo, liberdade religiosa e educação no Brasil na perspectiva do apostolado positivista (1880-1930). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 4, p. 963–979, 2018.

SISNANDO. Pe. J. M. **Os barnabitas: quadros históricos**. Rio de Janeiro: Colégio Zaccaria, 1976.

SPLENDOR, L. A. **A supremacia dos interesses: a manutenção da relação de proximidade e colaboração entre Estado e Igreja Católica durante a República da Espada (1889-1894)**. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

VICENTE, Padre. Seminário em Belém – anos 1903-1908 – (I). **Voz de Nazaré**, Belém PA, 27 de outubro de 1985a.

VICENTE, Padre. Seminário em Belém – anos 1903-1908 – (II). **Voz de Nazaré**, Belém PA, 03 de novembro de 1985b.

VICENTE, Padre. Seminário em Belém – anos 1903-1908 – (III). **Voz de Nazaré**, Belém PA, 10 de novembro de 1985c.

VICENTE, Padre. Seminário em Belém – anos 1903-1908 – (IV). **Voz de Nazaré**, Belém PA, 24 de novembro de 1985d.

VICENTE, Padre. Seminário em Belém – anos 1903-1908 – (V) – Últimas cartas. **Voz de Nazaré**, Belém PA, 01 de dezembro de 1985e.

VICENTE, Padre. Seminário em Belém – anos 1903-1908 – (VI). **Voz de Nazaré**, Belém PA, 15 de dezembro de 1985f.

VICENTE, Padre. Seminário em Belém – anos 1903-1908 – (VII) – Acta Insigniora. **Voz de Nazaré**, Belém PA, 22 de dezembro de 1985g.

A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908)

VICENTE, Padre. Seminário em Belém – anos 1903-1908 – (VIII) – Dos verbais do capítulo geral de 1907. **Voz de Nazaré**, Belém PA, 29 de dezembro 1985h.

Nota

ⁱ Trata-se do padre Barnabita Vicente Schiena. Em seus textos, ele assinava somente como Pe. Vicente.

Sobre os autores

Daniel Longhini Vicençon

Possui graduação em História (2019) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre e aluno de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Participa do Grupo de Pesquisa Sobre Política, Religião e Educação na Modernidade (UEM). Direção eletrônica: daniel.longhini97@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3662-8855>

Maria José Aviz do Rosário

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1988), mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1998), doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2006) e Pós - Doutorado, na Universidade Católica de Brasília (2017). É professora do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica-NEB - UFPA, exercendo atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação em Licenciaturas da UFPA e no Programa de Pós - Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica - PPEB. Direção eletrônica: mrosario@ufpa.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8680-5181>

César de Alencar Arnaut de Toledo

Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1978), mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1987) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Atualmente é professor Associado no Departamento de Fundamentos da Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. É líder do Grupo de Pesquisa sobre Política, Religião e Educação na Modernidade (UEM). Direção eletrônica: caatoledo@uem.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7813-7950>

Recebido em: 21/01/2022

Aceito para publicação em: 04/04/2022